



PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

REFORMAS:

combateemos por um motivo justo

Os sindicatos do Pactu estão no combate contra as reformas trabalhista e previdenciária desde o momento em que viram o documento 'Uma Ponte Para Futuro' divulgado pelo PMDB em outubro/2015. Nele, os movimentos sociais perceberam estarem contidas as propostas da Fenaban, da Fiesp e de inúmeras outras entidades sindicais patronais, com forte intervenção política no Congresso Nacional e com muito apoio da mídia brasileira. As direções dos sindicatos do Pactu têm convicção de que, quando essas entidades sindicais patronais acima mencionadas defendem um projeto de reformas ou uma proposta de governo, os trabalhadores podem ter certeza de que serão prejudicados. Ao longo da história, essas entidades só se preocuparam com projetos e apoio a políticos que lhes facilitassem manter e aumentar seus lucros.

O combate não foi e não está sendo fácil, pois o trabalhador até se dispõe a um enfrentamento mais contundente, mas se depara com a força da Lei, que autoriza o desconto dos dias parados por motivo de greve. O poder político local também é obstáculo, pois apoia as reformas sem perceber o prejuízo que elas vão impor à economia das pequenas e médias cidades. Comerciantes e prefeitos não percebem que, se o trabalhador tiver um salário precário ou ficar desempregado, será um consumidor a menos e mais um usuário de programas sociais do município. Programas esses que estão com orçamento congelado por 20 anos, por decisão dos mesmos golpistas que estão apoiando as reformas conduzidas por Temer. Mas o golpe de Temer, por incrível que pareça, além do apoio do PMDB e do PSDB, teve também apoio dos assalariados que, encantados com o que a grande mídia e as redes sociais publicavam, até bateu panela através de uma mobilização coordenada e financiada por empresários e políticos corruptos. Mobilização essa que tirou uma Presidenta que não responde a nenhum processo, colocando no lugar um Presidente que comanda a retirada de direitos dos trabalhadores e com forte indicio de envolvimento em corrupção.

Mais sobre reforma trabalhista na página 4



PDVEs podem ser efeito das Reformas de Temer

Para o movimento sindical, os recentes anúncios de Programas de Desligamento Voluntário (PDVs), pela Caixa e pelo Bradesco, podem ter como intenção a substituição de trabalhadores diretos por mão de obra terceirizada, temporária e até intermitente. Exceto nos bancos públicos, onde se questiona certa insegurança jurídica, devido ao instituto do concurso público, nos bancos privados não há empecilhos para que isto aconteça. E, mesmo nos bancos públicos, não pode confiar, em se tratando de governos com maioria do PMDB e PSDB. Os dois, com apoio do DEM, querem privatizar o que restou de empresas públicas da gestão de FHC (PSDB). Mais que isso. Neste momento, por exemplo, dão cobertura política à corrupção, protegendo Temer e Aécio que, apesar de provas contundentes de envolvimento em crimes, estão livres e “governando”.

Na Caixa

A Caixa anunciou, no dia 14 de julho, mais um Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE). No último, encerrado em 31 de março, foram desligados 4.645 empregados, embora a meta fosse desligar 10 mil trabalhadores. “O desenho que está sendo pensado para a Caixa é semelhante ao modelo proposto para os bancos que foram enfraquecidos e privatizados nos anos 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. As demissões desenfreadas, tidas como voluntárias, serão aceleradas. O sonho de uma Caixa sintonizada com os desafios do Brasil ficará cada vez mais distante”, denunciou Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenaec.

No Bradesco

O banco informou aos seus funcionários, no dia 13/7, a abertura de um PDVE, com vigência entre 17 de julho e 31 de agosto. O Bradesco afirma que encerrou março de 2017 com 106.644 empregados, com aumento de 15.249 postos de trabalho em relação a março de 2016. A COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Bradesco analisa que o aumento do número de empregos se deu devido à incorporação do HSBC. E que, após a incorporação do HSBC, houve redução de 3.278 postos. Para Sandra Regina Homeniuk, coordenadora dos sindicatos do Pactu, “aderir ao PDVE é uma decisão particular que deve ser bastante estudada antes de se tomar a decisão. Por outro lado, os sindicatos sempre serão contra PDV. O que nós queremos é a contratação de mais empregados, visando melhorar as condições de trabalho e de saúde dos bancários e a melhora do tendimento à população”.

Ação contra desconto na greve geral

Os dias descontados pela participação dos bancários na greve geral do dia 28 de abril deste ano são objeto de ação impetrada pela Fetec/CUT-PR e pelos sindicatos do Pactu. As entidades entendem que os descontos ferem o direito de livre organização e de reivindicação dos trabalhadores, ameaçados de retirada de direitos e de piora dos seus rendimentos. Além disso, os bancos, de maneira arbitrária, sequer analisaram a proposta de reposição das horas não trabalhadas. No Pactu, alguns sindicatos já tiveram audiências de conciliação e outros ainda aguardam o agendamento.

Dirigentes do Pactu se capacitam



Os dirigentes do Pactu Everaldo Gornaski Ribeiro, Sandra Regina Homeniuk e Sandro José Zanona, de Guarapuava, e Diandro Márcio Bombana e Rosemeri Dalposso Kuhn, de Toledo, concluíram, no mês de junho, o curso sobre o Resgate Histórico, Conquistas e Avanços, Perdas e Desafios da Categoria Bancária. O curso,

elaborado e ministrado pela Unicamp, foi realizado em 10 módulos, durante dez meses. Para Sandra, a iniciativa da Fetec/CUT-PR, de realizar e patrocinar o curso, foi acertada e eficaz, “pois a formação no nosso trabalho se faz necessária, pois além de nos ajudar na comunicação com a base, ainda nos traz crescimento pessoal”.

Reestruturação no BB

Contraf-CUT entra com ação pela incorporação de função

A Contraf-CUT e as Federações que compõe o Comando Nacional dos Bancários ingressaram com uma Ação Civil Pública contra o Banco do Brasil, pedindo a incorporação de função aos funcionários prejudicados com redução salarial pela reestruturação e que tenham exercido função comissionada ou gratificada por mais de dez anos. A decisão, quando julgada definitivamente, valerá para os bancários de bases filiadas à Contraf-CUT, entre essas, os sindicatos do Pactu.

Desde o início da reestruturação, tanto em mesa de negociação quanto nas audiências de mediação com o Ministério Público, o banco se negou a aplicação administrativa da súmula 372, do TST, que determina: “percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo

motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.” A Súmula diz ainda que “mantido o empregado no exercício da função comissionada, não pode o empregador reduzir o valor da gratificação”.

Boato de novo PDV

A Rádio Corredor, em agências e departamentos do Banco do Brasil, anuncia um novo PDV. A direção do banco tem negado por mais de uma vez, quando questionada pela Comissão dos funcionários. A Contraf-CUT deixou claro que os bancários do BB não aceitarão serem pegos de surpresa novamente e informados de uma nova reestruturação e PDV pela grande mídia e não pelos canais de comunicação do banco ou pelos sindicatos.

gresso dos funcionários BB e da Caixa priorizam emprego e democracia



3º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) e o 28º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (CNFBB), realizados em 30 de junho e 2 de julho, em São Paulo, aprovaram, entre outras coisas, a defesa da democracia e a realização imediata de plebiscitos para do Presidente da República e para o Congresso Nacional. Um ponto comum nos dois congressos foi o aprofundamento da campanha em defesa do emprego e dos bancos públicos.

O emprego é a grande prioridade dos funcionários do BB, das possibilidades de terceirização, das agências digitais, das mudanças e dos boatos de novo PDV que rondam o Banco do Brasil. Os funcionários sabem que, se essas medidas forem implementadas em larga escala, haverá precarização da prestação de serviços e das condições de trabalho.

Caixa reivindicações

Reivindicações dignas de trabalho e retomada das contratações, a mobilização contra o processo de reestruturação e o fechamento de agências e a verticalização e ao assédio moral e sexual são alguns dos pontos do Conecef. Outros pontos são: a prevenção de doenças e a definição de políticas de saúde mental; realização de plebiscito permanente pelo cumprimento da jornada de trabalho e pelo registro das horas trabalhadas; manutenção do modelo de remuneração da Caixa (70% para Caixa e 30% para os usuários) sem aumento de contribuição do banco; defesa da democratização da gestão pelo fim do voto de Minerva e intensificação da luta contra o fechamento de agências em 2016, que reduz a representação dos empregados na administração; atribuir responsabilidade da Caixa com o contencioso judicial; combater nomeações arbitrários; luta pelo não fatiamento da manutenção da gestão pública do FGTS no banco.

Os delegados presentes no 33º Conecef assinaram moção em defesa dos bancos públicos e do Estado Brasileiro e pela convocação de plebiscitos: "Os delegados e as delegadas defendem o fortalecimento da Caixa 100% pública para a retomada do crescimento do país e do emprego e renda". O documento também cita a retomada do papel do banco de financiador das políticas públicas de Estado, o fortalecimento do estado e dos bancos públicos e as propostas de reforma das estruturas do governo Temer.

Foto: ZELÁRIO BREMM



Campanha Nacional dos Bancários 2017

O acordo por dois anos, assinado em 2016, garante aumento real de 1% em 2017, além da mesma regra para a correção dos benefícios e da PLR. Em que pese ser uma conquista, pois o ano de 2017 tem sido de grandes turbulências políticas e econômicas, o que sempre atrapalha

uma Campanha, não é motivo, porém, para deixar de discutir reivindicações que podem melhorar a qualidade de vida dos bancários. Entre estas estão a garantia de emprego, mais saúde e melhora das condições de trabalho. A terceirização e digitalização podem tirar o emprego de milhares de bancários, caso

não haja uma resistência ativa por parte da comissão sindical bancária. E as medidas abusivas de metas, levando ao assédio moral e ao adoecimento.

Por isso, o Comitê Nacional dos Bancários de Defesa da Manutenção da Campanha Nacional em 2017.

19ª Conferência Estadual dos Bancários

Foto: ZELÁRIO BREMM



Nos dias 09 e 10/07, foi realizada, em Curitiba, a 19ª Conferência Estadual dos Bancários. Os sindicatos do Pactu participaram com 65 delegadas e delegados.

A conferência contou com debates com economistas do Dieese sobre novas tecnologias no setor de serviços bancários e sobre os efeitos da reforma trabalhista na categoria, e sobre o momento econômico e político do Brasil, marcado pela aprova-

ção de projetos que retiram direitos dos trabalhadores e criam dificuldades para o desenvolvimento econômico e social do país. Além dos debates, os participantes elaboraram propostas para a Conferência Nacional dos Bancários, que acontecerá em São Paulo, de 28 a 30/07.

Entre elas, propostas sobre garantia de emprego, saúde e condições de trabalho, e estratégias para enfrentar uma

conjuntura de terra arcaica e reforma trabalhista. Foram eleitos as delegadas e delegados que representam o Paraná na 19ª Conferência Nacional. Os representantes do Pactu serão Edilson Jordani de Umuarama, Leonice Casarin de Campo Mourão, Sandra Zanona e Sandra Homeniuk, de Guarapuava, e Zelário Bremm, de Toledo.

lão gera emprego e vai haver privatização

Para as direções dos sindicatos do Pactu, a reforma trabalhista aprovada no último dia 11 não irá gerar empregos, como pelo governo. Ao contrário, o objetivo é aumentar os lucros das empresas nacionais e multinacionais instaladas no Brasil, com o custo do trabalho através da redução de direitos e da precarização de benefícios.

José Gabriel, coordenador dos Bancários de Umuarama, afirma que “empresas não têm objetivo de gerar empregos. Empresas têm o objetivo de gerar lucros. Nenhum empresário contratará se não tiver lucro. Portanto, a reforma trabalhista servirá unicamente para aumentar os lucros, especialmente das grandes corporações nacionais e internacionais.”

Luiza Sguissadi Roy, presidente do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão, avalia que o movimento social e o combateu acertadamente a reforma trabalhista, por saber que a trabalhadora perderia muitas coisas. “Em um período muito curto instalaremos o aumento da jornada, da pejotização e do trabalho temporário e intermitente, especialmente no setor de prestação de serviços, como o bancário, e com a perda do salário, no FGTS e das contribuições sociais”,

Paranavaí



Campo Mourão



Guarapuava



Umuarama



Guarapuava



Sandro Zanona, presidente do Sindicato dos Bancários de Guarapuava, afirmou que sentiu falta de um engajamento mais forte por parte dos assalariados, e avalia que o povo foi enganado pelo discurso fácil e bonito das grandes redes de comunicação, cujos donos tinham interesse na aprovação das reformas. “Estivemos por diversas vezes em manifestações em Brasília. Participamos também de vários protestos locais, entre eles a greve geral do dia 28 de abril. Mesmo assim, o Congresso Nacional, atendendo interesses somente das grandes

empresas privadas, ignorou os trabalhadores e aprovou a reforma trabalhista a peso de ouro, como vimos nesse começo de mês de julho, no troca-troca nas comissões e na oferta de verbas e cargos no governo, como recompensa pela aprovação das reformas e pela rejeição do relatório que autorizava a investigação do envolvimento de Temer com a mala do dinheiro da corrupção.” Zelário Bremm, presidente do Sindicato dos Bancários e Financeiros de Toledo, avalia que “com a influência de grandes corporações transnacionais sobre o Congresso Nacional, é iminente a

possibilidade de privatização das empresas públicas como a Caixa e a Petrobras. Aliás, essa intenção estava presente no documento 'para o Futuro', do PMDB. Paulo Borges de Carvalho, presidente do Sindicato dos Bancários de Paranavaí, afirma que a luta deve continuar: “O movimento deve continuar e intensificar as manifestações, mostrando ao povo os interesses dos trabalhadores e se preparando para o embate contra as privatizações das empresas públicas, e principalmente contra a reforma da previdência, que deverá entrar em pauta nos próximos dias.”